

TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ANÁLISE REGIONAL EM GEOGRAFIA*

Marlon Clovis MEDEIROS**

"A única posição que cabe a países que, não por exceção, mas como regra, são forçados a buscar sempre novos recursos de terceiros, é a dos mendigos, isto é de joelhos. Ora, não há direito que se aplique aos mendigos. A mendicância é um estado fora da lei, por definição... Assim, enquanto não nos sobrepusermos à condição de pedinte, nenhum procedimento, por mais hábil que seja, nos será de maior valia. É a criação de condições que nos habilitem a não termos que pedir que, por paradoxal que nos pareça, nos preparará para pedir com êxito"

Ignácio Rangel

Resumo: O estudo da região em Geografia passou em diversos períodos por correntes teóricas distintas, que tornaram-se hegemônicas durante certo período de tempo. Cada uma destas correntes buscava responder a uma necessidade histórica da sociedade naquele momento. Algumas destas correntes objetivavam atender as forças dominantes (Geografia Tradicional e Teorética), outras buscavam questioná-las (Geografia crítica e fenomenológica). Propomos uma análise regional que parta da compreensão da acumulação de capital analisada concretamente nas diversas regiões a partir da dialética de Marx.

Palavras-chave: Análise Regional; Formação Sócio-Espacial e Evolução do Pensamento Geográfico.

* Trabalho final apresentado na disciplina "Região, Espaço e Regionalização" ministrada pelo Prof. Dr. Dalton Auroso Moro, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP - Presidente Prudente (SP).

** Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP - Presidente Prudente, desenvolvendo a pesquisa "Formação, Evolução e Dinâmica do Complexo Agroindustrial do Arroz de Santa Catarina", com a orientação do Prof. Dr. Arnon Mamigonian. Bolsista CNPq. E-mail: mcmedeiros@yahoo.com.br

Resumen: Dentro de la Geografía, el estudio de la región en paso por corrientes teóricas hegemónicas distintas, a lo largo de diferentes períodos. Cada una de ellas, buscó responder la necesidad histórica de la sociedad en aquel momento. Algunas de las corrientes tuvieron como objetivo atender a las fuerzas dominantes (Geografía Tradicional y Teórica), otras buscaron cuestionarlas (Geografía Crítica y Fenomenológica). Nuestro análisis regional parte de la comprensión de la acumulación de capital de Marx en las diferentes regiones.

Palabras-clave: Análisis Regional; Formación Socio-Espacial y Evolución del Pensamiento Geográfico.

1. INTRODUÇÃO

A região é tema antigo e polêmico na Geografia (e mais recentemente em outras ciências como a economia). Desde suas origens no pensamento clássico grego (Heródoto e Tucídides) e na Geografia alemã dos séc. XVIII e XIX (Kant, Humboldt, Ritter, Ratzel), a Geografia demonstra preocupações com a totalidade dos fenômenos que compõem a sociedade e suas relações com a natureza. Desde os antigos filósofos gregos, viajantes e conquistadores europeus, árabes entre outros, já havia a preocupação nos relatos, com as diferenças e especificidades, sejam físicas, culturais, políticas, entre os diversos lugares.

Estas diferenças interessavam particularmente a reis, mercadores e, posteriormente, aos Estados-Nação em busca de novas matérias-primas, especiarias, escravos, terras férteis etc.

No entanto, a análise regional só passou por uma sistematização, recebendo lugar próprio na divisão do trabalho científico, com a escola francesa de Vidal de La Blache em fins do séc XIX. Antes desta escola, os geógrafos clássicos procuravam leis de uma Geografia geral, não havia a preocupação da explicação das diferenças por processos regionais.

Assim, esta Geografia regional procurará explicar os lugares muito mais por suas características internas, geralmente em áreas rurais,

onde as condições naturais exercem forte influência na paisagem cultural. Surge a noção de modos de vida. Sua influência na produção geográfica de outros países estende-se fortemente até a década de 1960, quando uma outra corrente, a teórica (ou quantitativista), procurará realizar estudos que entendam as transformações das diversas regiões sob o capitalismo. Ou seja, o motor das transformações e especificidades deixam de ser os *modos de vida* locais e passam a ser o sistema econômico capitalista. Aspectos como fluxos (de produção, população e capital), desenvolvimento tecnológico, comércio internacional, pólos de desenvolvimento, serão tratados como fundamentais ao estudo das regiões. Isto abrirá caminho para que uma outra corrente, de orientação marxista ganhasse força a partir da década de 1970, como uma forma de crítica das desigualdades regionais agravadas pelo desenvolvimento capitalista.

Sendo assim, procuraremos no presente ensaio, explicitar as concepções de região destas últimas duas correntes, tendo em conta o fato de ambas preocuparem-se com as formas como o capitalismo (trans)forma as regiões.

2. A SISTEMATIZAÇÃO DA GEOGRAFIA REGIONAL, OS ESTUDOS DE ÁREA E A NOVA GEOGRAFIA

A Geografia regional conhecerá uma sistematização, ganhando o status de disciplina científica com Vidal de La Blache em fins do séc XIX, que propõe uma reflexão científica a respeito da ação humana. Em função da diversidade do território francês, afirmar o regional era, também afirmar a identidade nacional (LENCIONI, 1999). A principal noção oriunda da Geografia lablachiana é a de gêneros de vida, imbuída de uma visão integrada da relação sociedade-natureza, mas conservadora das relações entre o camponês e a natureza, já que o pequeno produtor mercantil era o principal aliado do capitalismo francês (MAMIGONIAN, 1999).

O enfoque dos gêneros de vida influenciaria nos anos 30 do séc XX, a criação da Geografia cultural de Carl Sauer (SANTOS, 1986). No Brasil também exerceu grande influência, principalmente em estudos

do IBGE da década de 1950 (como o livro *Tipos e Aspectos do Brasil*), que procurava identificar os tipos originários de cada região brasileira a partir de suas relações com o meio (o vaqueiro do sertão nordestino, os pescadores do litoral sul, os peões do planalto etc.).

Uma outra contribuição francesa para a Geografia regional, que merece destaque é a de André Cholley. Este dedicou-se a uma conceituação mais precisa do termo região, utilizado de diferentes maneiras pelos professores franceses (ANDRADE, 1973). Cholley possuía uma visão de síntese, em que a região seria produto de múltiplas combinações entre elementos físicos, biológicos e humanos, contrapondo-se à idéia de considerar separadamente as regiões naturais, de regiões históricas, econômicas etc. Para o autor:

a própria estrutura das combinações geográficas nos impede de considerar isoladamente os fatores que a compõe, isto é, em si mesmos. Eles existem, somente, como elementos de uma combinação e é nas combinações de que fazem parte que convém apreciá-los [...] Devemos, então, procurar estabelecer as relações que os encadeiam aos demais elementos da combinação e a função que lhes cabe no processo em que participa a combinação e no dinamismo que a anima (CHOLLEY, 1964, p. 267).

Cada combinação provoca certo tipo de povoamento do solo, cria uma estrutura social mais ou menos diferenciada, determina uma forma de organização da terra, faz surgir tipos regionais de vida bem característicos.

Embora bem menos influentes nos dias atuais, estas contribuições da Geografia francesa continuam presentes como referência constante nos trabalhos de Geografia regional, fornecendo importantes subsídios para análise.

Dos EUA, uma contribuição que veio a tornar-se influente na Geografia regional, embora o conceito de região não fosse por ele tratado, é a de Richard Hartshorne, que preocupou-se com o que veio a ser conhecido como tradição dos estudos de área. Esta pretende explicar os lugares não por sua localização, mas em função de suas características

próprias que os diferenciam de outros lugares, levando em conta grandes volumes de informação e a história do local. Influenciado pelas idéias de Hettner, Hartshorne teorizou sobre os problemas de consideração das partes e do todo e entre os estudos de área e a história (PATTISON, 1976). Alfred Hettner foi um geógrafo alemão, editor de uma das principais revistas geográficas de seu país, a *Geographische Zeitschrift*. Buscava um terceiro caminho para a Geografia, que se diferenciasse do determinismo e do possibilismo, propondo então, o estudo da diferenciação de áreas. Preocupava-se com "por quê" e "em quê" diferem as porções da superfície terrestre (MORAES, 1986). No entanto, Hartshorne diferencia-se de Hettner, pois "não enfatiza a questão da gênese dos fenômenos e das relações entre eles, centrando-se mais na discussão dos processos e das funções" (LENCIONI, 1999, p. 128). Para Hartshorne a divisão regional é uma questão de escala, é importante perceber as relações entre os fenômenos de um lugar e os fenômenos de outros lugares.

Até este momento apresentamos a chamada Geografia tradicional, embora pensemos que esta denominação tem um caráter pejorativo para denominar um período tão rico da ciência geográfica. Neste, forjaram-se as bases para o que veio a ser desenvolvido posteriormente na Geografia, apesar de todos os esforços de muitos teóricos em negarem suas raízes. As principais categorias de análise, objetos de estudo já estavam dadas, no entanto, era necessária uma renovação e incorporação de outras categorias e métodos que dessem conta das transformações pela qual a sociedade passava.

Na base do processo de transformação da Geografia inscreve-se, ainda antes da segunda guerra, a Teoria dos Lugares Centrais do geógrafo alemão Walter Christaller. Conforme Breitbach (1988), Christaller preocupava-se com os princípios que regem a organização espacial de núcleos urbanos relacionados, desenvolvendo conceitos como centralidade, região complementar e hierarquia. A noção de centralidade está associada a função da cidade, a oferta de bens e serviços com necessidade de localizarem-se centralmente, como comércio, bancos, administração pública entre outros. O entorno da cidade constitui-se sua região complementar, por fornecer alimentos, matérias primas etc. A

partir da análise dos fluxos, interdependência e hierarquia entre cidades, demonstrava que unicamente as relações homem-meio não mais explicavam a sociedade. Contribuiu desta maneira para a aproximação entre os geógrafos e economistas espaciais como von Thünen, Alfred Weber e Lösch (CLAVAL, 1982).

O desenvolvimento do capitalismo e da tecnologia aceleraram-se sobremaneira no pós-II Guerra, chegando na década de 1960 a um momento de ruptura. A realidade das metrópoles, das aglomerações industriais, das transmissões via satélite, das empresas multinacionais, da guerra fria, das forças produtivas em escala internacional, quebrou o isolamento e autonomia das regiões. Embora as diferenças regionais continuem a existir e aprofundar-se, sua dinâmica está interligada com o país e com o mundo através do fluxo de capitais, de decisões políticas, do deslocamento das indústrias, dos serviços, enfim, da dinâmica da sociedade capitalista. Esta realidade passa exigir instrumentos de análise que escapavam ao mundo rural e provinciano dos “gêneros de vida,” extrapolando as relações homem-meio.

Com o resgate da teoria dos lugares centrais (Christaller), localização agrícola (von Thünen), localização industrial (Alfred Weber) e a distribuição racional das atividades pelo espaço (Lösch), associadas a modelos matemáticos e estatísticos, ao positivismo lógico e à teoria geral dos sistemas (Bertalanffy), estavam dadas as bases para a Nova Geografia, também chamada de Geografia Teórica ou Quantitativa.

A intenção da Geografia Quantitativa era de rompimento com os métodos e objetivos da chamada Geografia tradicional.

Nos países de Geografia tradicional, como França e Alemanha, a novidade foi recusada, progredindo principalmente nos países anglo-saxões. Foram criados modelos de explicação baseados na economia, sociologia, etnologia e finalmente da estatística, que veio a tornar-se extremamente influente (CLAVAL, 1982).

Esta corrente da Geografia estava comprometida com os interesses dos Estados Nacionais onde surgiram e dos capitais privados, aos quais o Estado dava suporte. A Geografia buscará uma metodologia de classificação comum a todas as ciências, que deveria ser a matemática (GERARDI & SILVA, 1981). Surge a noção de que todo fato espacial

deve ser representado matematicamente. Criam-se modelos matemáticos buscando encontrar uma lógica na organização espacial, que propiciasse prognósticos, aproximando desta forma, a Geografia e o planejamento urbano e regional. A “projeção do futuro” passou a interessar à Geografia (ABREU, 2000). A observação direta passou a ser a fase final do processo, buscando explicar os casos em que os modelos não conseguiam dar conta. A antiga preocupação da descrição das paisagens e lugares perde terreno à regionalização por agrupamento de classes segundo similaridades, correlações, desenvolvendo-se a relação entre região e classes hierárquicas. Como explicam Gerardi e Silva (1981),

a noção de semelhança ou similaridade surge, então como essencial em qualquer processo de classificação coerente. Considerando que geralmente tratamos com espaços relativos (estatísticos), multidimensionais [...] a similaridade pode ser mensurada de várias maneiras: através da correlação, diferença numérica simples, diferenças múltiplas agregadas (D), índices etc. (GERARDI & SILVA, 1981, p. 127).

As diferenças regionais são delimitadas a partir de quantidades de determinados bens, serviços, ou unidades produtivas industriais (por ex. indústrias têxteis por dimensão e número de empresas, número de bancos, hospitais etc.). A partir destes levantamentos, associados em matrizes de correlação, equações de regressão, entre outros, eram estabelecidas hierarquias entre regiões, cidades etc. A definição destas hierarquias baseou-se largamente na noção de pólos de crescimento, que num determinado momento formam-se espontaneamente, mas que podem ser estimulados pelo planejamento do Estado, como afirma Perroux (1975, p. 100) “o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pólos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.” A partir desta constatação, o surgimento de novos pólos passaria a ser induzido pelo Estado.

Partindo das idéias de indústria-motriz e complexo de indústrias, prevê uma difusão por todo o território do crescimento econômico, que define-se para o autor como uma combinação de agentes ativos.¹⁴

(indústrias motrizes, pólos de indústria e de atividades geograficamente concentradas) e de conjuntos relativamente passivos (indústrias movidas a regiões dependentes de pólos geograficamente concentrados) (PERROUX, 1975, p.109). Os agentes ativos induzirão nos passivos processos de crescimento econômico.

A região torna-se um instrumento técnico-operacional a serviço do Estado e dos interesses dos capitais privados, através da utilização da teoria de sistemas como um dos fundamentos principais. A esse respeito, Veado (1998), afirma que:

a análise de sistemas permite estabelecer critérios de desenvolvimento territorial assentados em uma visão mais real do ambiente, na qual todos os fatores geográficos são considerados em conjunto. Enfocada dessa forma, a análise de sistemas pode servir como ponto de partida para um planejamento territorial quando os processos que ocorrem no interior dos geossistemas são postos em evidência, analisados e dissecados em seus detalhes de modo a fornecer uma visão abrangente do geossistema em questão (VEADO, 1998, p.02)

Esta visão busca a compreensão das leis e padrões que regem a organização espacial das diferentes regiões e também o que há de comum entre elas. A partir destes padrões, objetivava-se desvendar o desenrolar futuro desta organização espacial, permitindo intervenções no sentido de alterá-la.

Entre os principais nomes desta corrente estão: Hägerstrand (centros de inovação tecnológica e ordenação do espaço); Reino Aji (análise de regressão para estudar as relações espaciais); Bunge e Berry (metodologia matemática para a Geografia e teoria dos sistemas como união entre Geografia física e Geografia humana); Chorlley e Hagget (precursores da ciência regional, preocupavam-se com modelos de regiões).

No Brasil, geógrafos como Roberto Lobato Corrêa, Pedro Pinchas Geiger, Speridião Faissol, entre outros, utilizaram e difundiram os métodos da Geografia teórica para estudos regionais e urbanos. No

interior do IBGE, a difusão destas idéias também foi ampla, como afirmou Faissol (1975, p. 23): "no departamento de Geografia do IBGE, já hoje, começam a ser utilizados numerosos índices deste tipo, para análise do sistema urbano, sua conectividade, posição relativa dos lugares no sistema, todas de suma importância para melhor conhecer o sistema urbano do país."

O período de fins dos anos 1960 até fins dos anos 1970, será o auge da intervenção do Estado na economia e da aplicação do planejamento no desenvolvimento regional e nacional e, conseqüentemente dos instrumentos científicos voltados a este fim, destacando-se aí a Geografia teórica.

3. A OUTRA VOLTA DO PARAFUSO: O QUESTIONAMENTO DA GEOGRAFIA TEORÉTICA E A AFIRMAÇÃO DA GEOGRAFIA CRÍTICA

Na década de 1970, com a crise do Fordismo e do Welfare State, nos países centrais do capitalismo e, com o agravamento das desigualdades sociais nos países subdesenvolvidos, começam a ser questionados os métodos quantitativos e a ideologia que lhes dava sustentação. Com isto ganhará força uma corrente teórica de inspiração marxista que entrará em conflito aberto (não somente no âmbito teórico-epistemológico, mas sobretudo no político) com a Geografia teórica, ficando conhecida como Geografia crítica (embora nem todos os geógrafos críticos fossem marxistas e nem todos os geógrafos marxistas fossem críticos)¹.

No Brasil, também na década de 1970, começa um movimento de questionamento da Nova Geografia, proveniente da necessidade de

¹ Paralelamente ao desenvolvimento da Geografia crítica surge uma outra corrente teórica, que recentemente vem ganhando vulto, a fenomenologia, que tornou-se fundamento da Geografia da percepção e da Geografia Humanista. Questionava a impessoalidade da nova Geografia, demonstrando preocupações sociais. O espaço deixa de ser considerado como algo absoluto, passando ao espaço vivido e ao lugar, como conjuntos de significados. Nos estudos regionais a identidade passa a ser questão central, articulada a outras categorias como territorialidade e desterritorialização.

explicação do momento histórico vivido, de fim do milagre econômico de ditadura militar, de desigualdades regionais, de crise agrária. Foi preciso uma visão de ciência que levasse em conta os conflitos da sociedade, a luta de classes, o desenvolvimento do capitalismo nas diferentes regiões, assim começa a ganhar vulto entre os geógrafos brasileiros, o pensamento marxista.

Andrade (1996) afirma acerca da Geografia teórica, que o uso massivo de métodos quantitativos tinha por objetivo retirar o interesse público pela disciplina, uma vez que um reduzido número de especialistas dominavam estas técnicas, servir ao interesse de expansão econômica das grandes empresas dos países centrais, bem como retirar a dimensão política, de interesses e classes em conflito que envolve o estudo da sociedade.

Roberto Lobato Correa, geógrafo que abandonou a Geografia teórica em favor do marxismo afirma que o referencial quantitativo

constitui-se em um instrumental inadequado à explicação sobre organização espacial. Com isto queremos dizer que as técnicas que consideram variáveis dependentes e variáveis independentes, como a análise de regressão, não são adequadas à explicação pelo fato de não haver variáveis dependentes e independentes, mas sim uma intercausalidade entre elas [...] a organização espacial enquanto fenômeno socialmente produzido, refletindo portanto o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, pelas relações de classe, não é possível de ser compreendida a partir de esquemas fundamentados em processos aleatórios' (Entrevista à Revista GEOSUL, 1992).

A Geografia crítica incorpora o materialismo histórico-dialético, a tradição clássica de visão da totalidade começa a ser recuperada, porém em novas bases. A sociedade é analisada como um todo, que evolui e se transforma, não somente em relação com a natureza, mas sobretudo nas relações entre os próprios homens, enquanto seres sociais, inseridos em determinados processos históricos de produção da existência. Segundo Santos (1982), a Geografia, até então, preocupava-

se demais com a *forma* e não com *formação*. As transformações operadas a escala mundial sob o capitalismo, passam a ser preocupação central e, em consequência, as relações conflituosas entre classes sociais e entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos. A Geografia volta e preocupar-se com as relações homem-meio, porém, incluindo a apropriação do meio ambiente pelas empresas industriais, pelo capital imobiliário entre outros.

Além dos estudos sobre a realidade social, a Geografia crítica inspirou diversos estudos que questionaram a própria história da Geografia, causando uma revisão de seus pressupostos, pois até então a Geografia era uma ciência considerada conservadora e tradicional (LENCIONI, 1999).

A diferença entre as regiões passou a ser considerada em função dos movimentos gerais do capitalismo e de sua tendência para concentração e exclusão. As regiões não são mais tratadas apenas a partir de suas características internas, mas em relação dialética com o todo do qual fazem parte. O regionalismo, enquanto expressão política de classes sociais territorialmente localizadas passa a interessar os estudos geográficos, chegando em alguns casos a posições extremas como a de Markusen (1981, p. 63) "para os marxistas o significado de uma região encontra-se nas lutas que se dão nela, e não na entidade de per si. Se as regiões não forem a base ou a arena para o conflito, seu estudo seria desinteressante e talvez não existisse". Ou seja, para a autora a região só existe enquanto espaço de regionalismos. Postura criticada por Carleial (1993) argumentando que a falta de estudos regionais dificulta o planejamento e o desconhecimento das características internas das regiões, levando a emergência de um "regionalismo espúrio". Este consiste na prática de elites locais utilizarem-se do discurso regionalista para contraporem-se a outras regiões desviando a atenção das relações de poder que ocorrem internamente a própria região².

² Um exemplo claro disto, que ocorre em nossa realidade nacional é a figura de Antônio Carlos Magalhães acusando São Paulo pela pobreza no Nordeste. Entretanto esquece-se de referir-se a exploração secular que ocorre na região pelos "coronéis" e latifundiários locais.

Os regionalismos sempre aparecem em períodos de crise. Neste sentido, deve-se buscar um discurso regionalista de compreensão da região em suas contradições internas. É importante enxergar a relação da região consigo mesma, para entender as relações entre as diferentes regiões.

Utilizando também o materialismo histórico-dialético, como fundamento epistemológico, Goldenstein e Seabra (1982), baseiam-se nas concepções de Francisco de Oliveira e Alain Lipietz, que consideram as regiões como realidades objetivas e contraditórias, originadas a partir de “processos de diferenciação do desenvolvimento dos diversos ramos do modo de produção capitalista em sua dimensão espacial...em que há uma especificidade de dominação política que legitima as formas de acumulação de capital (GOLDENSTEIN & SEABRA, 1982, p.25).

Carleial (1993), trabalhando com as mesmas categorias, procura avançar a discussão, para a autora, a divisão territorial do trabalho é a divisão social do trabalho espacializada. A região evidencia-se através das formas específicas de inserção na matriz produtiva nacional, “com as respectivas diferenças em nível de organização da produção e das relações de trabalho [...] A espacialização da divisão social do trabalho e, por conseguinte, o movimento do capital no espaço define a região” (p. 47).

Logo, a análise regional deve incorporar o movimento e a diversidade do real. Ao procurar entender qual parcela da matriz produtiva nacional se encontra na região em análise e, a partir de sua compreensão histórica entender a forma do mercado de trabalho.

Ambos os enfoques, (Carleial, Goldenstein e Seabra), defendem a idéia de que a integração econômica nacional é uma realidade indiscutível, não há mais regiões autônomas economicamente, no entanto não se pode afirmar que não há mais regiões. Cada região, não obstante suas características em comum, possui internamente uma diversidade produtiva, cultural, política e histórica. Assim, continua fundamental a discussão da questão regional, como forma de entendimento dos movimentos do capital no espaço brasileiro.

Como afirmamos em outro trabalho (MEDEIROS, 2000), a literatura geográfica marxista frequentemente enfatiza as categorias de Divisão Social (e Territorial) do Trabalho e Desenvolvimento Desigual e Combinado, para explicar as diferenças em nível de desenvolvimento das regiões. No entanto, não procuram a lógica dos diferentes movimentos de acumulação nas diversas regiões e como estes desagregam, transformam (ou não) e subordinam as formas de produção. Não identificam também as diferenças entre os diversos capitais, que possuem características próprias de acumulação, interesses diferentes e materializam-se nos mais variados agentes (capital industrial, capital financeiro, capital comercial, capital agroindustrial, conglomerados, holdings etc.), também contraditórios entre si e, territorializados em diferentes espaços. Estes irão “trabalhar (e lutar) de distintas maneiras também de acordo com as características internas das regiões.

Em outras palavras, propomos uma análise da acumulação de capital que parta da história concreta nas várias regiões e dos agentes que a ela contrapõe-se ou aliam-se (o Estado, trabalhadores, sindicatos, produtores agrícolas, movimentos sociais entre outros). Parte-se da idéia de “um capitalismo” que divide o mundo como bem quer, como se não houvesse história precedente. A *divisão social do trabalho* não foi criada pelo capitalismo, este apenas a transforma, a partir da divisão técnica do trabalho. Por sua vez, o desenvolvimento desigual e combinado, por ser uma característica inerente a todo o capitalismo, não explica as diferenças concretas entre as regiões.

Vieira (1992, p.76) tece uma crítica a este tipo de visão, afirmando que os “novos geógrafos marxistas encobrem a diversidade dos processos nas distintas formações regionais brasileiras, em nome de uma lógica capitalista que a tudo explica e homogeneiza”.

A diferença entre as regiões passou a ser considerada unicamente em função dos movimentos gerais do capitalismo e de sua tendência para concentração e exclusão. A dinâmica própria das regiões passou a ser desconsiderada como elemento determinante, em função dos impulsos externos.

Há uma série de elementos sociais que já existiam antes do capitalismo e não desaparecem, passando a funcionar em diferentes dinâmicas. As condições naturais são um outro elemento extremamente importante para desvendarmos as especificidades regionais, para não incorrerem no equívoco de considerar que o capital é o *único* elemento determinante das regiões. A partir de um conhecimento dos processos e agentes que atuam na realidade em estudo, poderemos realizar análises e relações com a realidade mais ampla, nacional e internacional que a envolve.

No entanto, entre os geógrafos a dinâmica regional vem cada vez mais sendo reduzida a reflexo da economia "global", isto ainda no melhor das hipóteses, dos estudos que consideram a dinâmica econômica. Tornam-se cada vez mais frequentes os estudos que buscam analisar as regiões, a organização do espaço, ou a dinâmica de produção do espaço urbano como algo independente da estrutura econômica regional ou da acumulação de capital.

Freqüentemente, a discussão de conceitos precede a análise dos processos resultando em análises não-dialéticas, que ainda assim consideram-se marxistas (ou crítico-dialéticas como tornou-se mais conveniente denominar desde que o marxismo saiu de moda). Mais flagrante, é o equívoco cada vez mais recorrente de considerar as pesquisas que analisam as estratégias de acumulação de capital, como pesquisas que servem ao capital. Ignoram, que o tema central da obra mais importante de Marx e dos principais marxistas (como Lênin e Gramsci, só para citar os mais importantes), é justamente *as diferentes estratégias de reprodução do capital*. Em síntese, ao tornar o capitalismo entidade onipresente, a Geografia abandonou o estudo das diferentes formas de acumulação de capital e perdeu-se em explicações que objetivam ser críticas mas não penetram na essência e especificidades dos processos que visam analisar.

Mais recentemente, outras contribuições, baseando-se na dialética, procuram associar a noção de região à noção de território. Para Egler (1995), a dinâmica regional baseia-se em uma composição de interesses, de um lado, a projeção da atuação do Estado sobre o

território, de outro, os diversos tipos de regionalismos enquanto expressão dos ajustes (alianças ou conflitos) desta ação do Estado com a sociedade civil territorialmente organizada. O conceito de território pressupõe relações de poder, sejam elas jurídicas, políticas ou econômicas. Para o autor, a questão regional deve ser analisada "no quadro da integração territorial, que manifesta a síntese concreta dos processos de divisão técnica e social do trabalho, de concentração produtiva e de centralização financeira no território" (EGLER, 1995, p. 214).

Uma das contribuições mais importantes do marxismo para a Geografia, a nosso ver foi a do brasileiro Milton Santos, com a categoria de *Formação Sócio-Espacial*. O trabalho, onde desenvolve esta temática (SANTOS, 1982), foi traduzido em diversos idiomas das principais escolas geográficas (francês, inglês, espanhol, entre outros). Esta categoria foi desenvolvida a partir das noções de *formação social* (Marx) e *formação econômica-social* (Lênin), associada à categoria de *espaço* como instância social, como condicionante-condicionado pela sociedade. Analisa cada sociedade em suas relações internas (evolução histórica e interrelação dos aspectos políticos, culturais, naturais, técnico-econômicos) e em sua relação com outras regiões ou países e com as influências políticas e econômicas externas. A versatilidade desta categoria permite que se vá além do que propôs Milton Santos, que a utiliza apenas para a escala do Estado-Nação, permitindo que a utilizemos para analisar regiões enquanto formações sócio-espaciais, como propõe Mamigonian (1999).

A partir deste pressuposto, há uma outra contribuição relevante, a qual propõe uma Geografia Regional que privilegie a *análise histórico-concreta*, partindo da esfera da produção (ESPÍNDOLA & SILVA, 1997), para uma compreensão mais efetiva de realidades sob a influência do capitalismo.

Estas concepções procedem a análise de uma determinada região desvendando as relações que envolvem os elementos que a compõe (sociais, políticos, econômicos, culturais, históricos etc.), para então escolher quais destes são mais relevantes e influenciam os processos a serem analisados. Partem de uma visão processual visando apreender a história concreta em suas *múltiplas determinações* (MARX, 1983) e

os movimentos de *unidade da continuidade e descontinuidade histórica*. Estes movimentos permitirão compreender a dinâmica de uma região, como esta desenvolveu (ou não) as bases para a acumulação de capital.

Em fins da década de oitenta, o marxismo começa a ser abandonado por muitos geógrafos, não obstante as contribuições que ainda pode dar à ciência. Vem ganhando destaque outras concepções, como a Geografia cultural e da percepção.

Entre os principais nomes internacionais da Geografia crítica estão: David Harvey- um dos pioneiros em estudos sobre o uso capitalista do solo urbano e a desigualdade da distribuição de renda na cidade; Yves Lacoste- preocupou-se com avanço armamentista de países como Estados Unidos sobre países subdesenvolvidos, fundando a revista *Herodote*; Massimo Quanni- dedicou-se a estudos teórico-epistemológicos de aproximação do marxismo com a Geografia; Milton Santos- preocupou-se com os pressupostos teóricos de uma Geografia marxista e com sua aplicação em estudos por geógrafos do terceiro mundo.

Entre os principais nomes brasileiros da Geografia crítica que contribuíram com estudos empíricos e teóricos acerca das regiões, estão geógrafos como: Manuel Corrêa de Andrade: dedicou-se a estudos sobre a região Nordeste, analisando os conflitos de classe, a industrialização, a seca como arma política, a relação entre Estado e desenvolvimento regional; Armen Mamigonian: Suas preocupações centrais estão na industrialização das diversas regiões brasileiras, investigando a gênese regional de diferentes capitais, relacionando-as ao avanço tecnológico, à atuação do Estado, às características culturais, tomando a região enquanto formação sócio-espacial; Manoel Seabra e Léa Goldenstein: dedicaram-se a estudos sobre a divisão regional do Brasil tendo em conta principalmente a divisão territorial do trabalho; Roberto Lobato Correa: seus estudos variam em torno do desenvolvimento regional, da produção do espaço urbano e da organização espacial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da região em Geografia passou em diversos períodos por correntes teóricas distintas, que tornaram-se hegemônicas durante certo período de tempo. Cada uma destas correntes buscava responder a uma necessidade histórica da sociedade naquele momento. Algumas destas correntes objetivavam atender às forças dominantes (Geografia tradicional e Geografia teórica), outras buscavam questioná-las (Geografia crítica e fenomenológica).

Acreditamos que no momento histórico atual, a análise das transformações impostas pelo capitalismo devem ser compreendidas na história concreta das diversas regiões (formações sócio-espaciais) e em suas relações com os movimentos gerais do capitalismo, buscando apreender a *essência* dos processos de acumulação do capital. O estudo combinado da composição orgânica do capital, da agregação de valor e da divisão técnica do trabalho permitirá compreender a dinâmica capitalista em uma região e de que forma esta insere-se na divisão social-territorial do trabalho, ou seja, esta é (trans)formada nos movimentos de valorização dos capitais.

Há uma relação dialética entre região e acumulação do capital: a região transforma-se sob a ação do capital; mas este só conseguirá se reproduzir se encontrar na região as condições favoráveis ao processo de acumulação.

Assim, a Geografia, associada à Economia Política e à História Econômica pode produzir frutuosos estudos acerca da dinâmica regional, numa visão dialética. As *múltiplas determinações* de um processo ganham espacialidade e historicidade, adquirem importância diferenciada, conteúdo político e movimentos de ruptura, continuidade, decadência, ascensão, estagnação que se sobrepõe, sucedem-se e superpõe-se.

5. BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de Almeida. **O Tempo na Geografia**. Semano apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista-UNESP, Câmpus de Presidente Prudente, em 21/09/2000.
- ANDRADE, Manuel Corrêa. A Região como Unidade Dinâmica e Posição dos Geógrafos e dos economistas ante o Problema Regional. In: _____. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. O Pensamento Geográfico e a Realidade Brasileira. In: SANTOS, Milton. (org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 4ª ed. 1996.
- BERRY, Brian. Cidades como Sistemas dentro de Sistemas de Cidades. In: FAISSOL, Speridião (org.). **Urbanização e Regionalização. Relações com o Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- BREITBACH, Áurea Corrêa Miranda. **Estudo sobre o conceito de Região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heseer, Teses 13, 1988.
- CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A Questão Regional no Brasil Contemporâneo. In: LAVINAS, L. CARLEIAL, L. M. F. NABUCCO M. R. **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- CASTRO, Iná Elias de. **Região- Lugar Político e da Política Representação e Território no Brasil**. Palestra proferida durante o simpósio "Lugar, Formação Sócio-Espacial, Mundo". São Paulo, 1994.
- CHOLLEY, A. Observações Sobre Alguns Pontos de Vista Geográficos. In: **Boletim Geográfico**, N. 179 e 180, 1964.
- CLAVAL, Paul. **A Nova Geografia**. Almedina: Coimbra, 1982.
- ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. Rio de Janeiro: Horizonte, 1945.
- ESPÍNDOLA, Carlos José, SILVA Marcos A. da. Formação Sócio Espacial: Um Referencial aos Estudos sobre Industrialização (notas). In: **Experimental**, N. 3. São Paulo: FFLCH-USP, set/1997.

- FAISSOL, Speridião. Introdução. In: _____. (Org.). **Urbanização e Regionalização. Relações com o Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- GEOSUL. Entrevista com Roberto Lobato Correa. In: _____. **Especial Entrevistas**. N. 12/13 ano VI. Florianópolis: UFSC, 1992.
- GERARDI, L. H., SILVA, B. C. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: Difel, 1981.
- GOLDENSTEIN, Léa, SEABRA, Manoel. Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, N. 1. FFLCH-USP, 1982.
- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- MAMIGONIAN, Armen. A Industrialização da América Latina: O caso Brasileiro. In: MARQUES, L. A. *et al.* **Fundamentos para o Ensino de Geografia**. São Paulo: Governo do Estado, 1988.
- _____. A Geografia e a Formação Social como Teoria e como Método. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **O Mundo do Cidadão, Um Cidadão do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Tendências Atuais da Geografia. In: **GEOSUL**, V. 14, N. 28. Florianópolis: UFSC, 1999.
- MARKUSEN, Ann. Região e Regionalismo: Um enfoque Marxista. In: **Espaço e Debates**, N. 2. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo: Cortez, 1981.
- MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. **Contribuição a Crítica da Economia Política**. 1983
- _____. **O Capital**, Livro 1, V. I e II. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MEDEIROS, Marlon Clovis. Marxismo e Análise Regional: Perseguindo o Capital. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, N. 22. Presidente Prudente: AGB, Julho/2000.
- MORAES, Antônio Carlos R. **Geografia Pequena História Crítica**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- PATTISON, William. As Quatro Tradições da Geografia. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, XXVII,131/142, 1976.

- PEREIRA, Raquel M. Fontes do Amaral. **Da Geografia que se Ensina à Gênese da Geografia Moderna**. 3ª ed. Florianópolis: UFSC, 1999.
- PERROUX, François. O Conceito de Pólos de Desenvolvimento. In: FAISSOL, Speridião. (org.). **Urbanização e Regionalização. Relações com o Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- RANGEL, Ignácio. **Ciclo Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1982.
- _____. **Economia: Milagre e Anti-Milagre**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: _____. **Espaço e Sociedade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- _____. **Por uma Geografia Nova**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 4ª ed. 1996.
- VEADO, Ricardo Wagner ad-Víncula. Geossistemas de Santa Catarina. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1998 (Tese de Doutorado).
- VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. Formação Social Brasileira e Geografia: Reflexões sobre um Debate Interrompido. Florianópolis: UFSC, 1992. (Dissertação de Mestrado).